



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

ATA N.º 8/2020

Reunião Ordinária de 26 de março de 2020

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, sob a presidência de Manuel Avelar Cunha Santos (Presidente da Câmara), tendo também participado Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro (Vice-Presidente da Câmara), António Manuel Ramos Reis (Vereador), Cláudia de Fátima Bettencourt Veiga da Cunha (Vereadora) e António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço (Vereador). Em cumprimento da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que estabelece as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS- CoV-2 e da doença COVID -19, e estando, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da mencionada lei, suspensa a obrigatoriedade de realização pública das reuniões dos órgãos executivos dos municípios, até ao dia trinta de junho do corrente ano, a reunião foi realizada por videoconferência e não na Junta de Freguesia de São Mateus, como previsto no mapa anual de reuniões ordinárias.-----

Período antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara saudou os/as Vereadores/as e deu início à reunião, tendo depois feito um ponto de situação relativamente às medidas adotadas pelo Município, no âmbito do surto COVID-19, que está a afetar todo o mundo. O Presidente do Executivo informou que o Plano de Contingência para o Coronavírus da Câmara Municipal foi enviado para a Direção Geral da Administração e do Emprego Público no dia nove de março, tendo, no dia vinte e três, sido remetida

para a mesma entidade uma versão atualizada do referido documento. Mais esclareceu que o Plano de Emergência de Proteção Civil de Santa Cruz da Graciosa foi ativado no dia dezassete de março e que, a partir do dia treze de março, foram tomadas diversas outras providências pelo Município, com o intuito de minimizar os riscos de disseminação da pandemia COVID-19, no que se refere, por exemplo, à suspensão do atendimento presencial nos serviços municipais, ao encerramento de espaços públicos municipais, à prorrogação de prazos, à implementação de serviços mínimos das equipas de águas, recolha de resíduos urbanos e limpeza e ainda da jornada contínua nos serviços administrativos e restante pessoal interno, com divisão de colaboradores em duas equipas, que trabalham em dias alternados, e ainda, nos casos em que é viável, o teletrabalho. Foram analisados o relatório das obras municipais em curso e o mapa do registo de ordens de pagamentos. O Vereador António Reis sugeriu que se procedesse à desinfeção dos locais públicos onde se concentram mais pessoas, nomeadamente, ao redor dos supermercados, e chamou a atenção para o facto de os colaboradores do Município que fazem a recolha do lixo não utilizarem máscaras durante a sua atividade, salientando que se deveria insistir para que o fizessem, uma vez que, apesar de incómodo, se trata de uma questão de saúde e até de dar o exemplo à população. O mesmo Vereador perguntou também se se está a proceder à desinfeção dos autocarros que pertencem à empresa municipal de transportes coletivos. O Presidente da Câmara declarou que se reuniu com o administrador da empresa, que o informou de que a desinfeção dos veículos está a ser feita diariamente e que os passageiros viajam em número muito reduzido e se sentam de forma espaçada. O autarca referiu ainda que a questão das máscaras é complexa, mas que se iria insistir com os colaboradores para que fizessem um esforço no sentido de utilizarem as máscaras de forma correta, informando também que a Câmara já está a proceder à desinfeção de alguns espaços públicos. O Presidente da Câmara manifestou o seu agrado pela conduta responsável dos munícipes, que, neste momento tão complicado, têm, na sua maioria, seguido as recomendações das autoridades de saúde, reiterando também o seu apelo para que assim continue. O Vereador António Reis concordou que as pessoas estão a acatar muito bem os conselhos que lhes foram dados, tendo, depois, sugerido que o Município e as Juntas de Freguesia fizessem uma equipa coordenada para fazer as compras de bens essenciais e medicamentos aos

mais idosos. O Presidente disse que essa ideia tinha surgido em reunião tida com várias entidades da ilha e que, por enquanto, esse trabalho está a ser feito por algumas Juntas e Misericórdias, bem como pela Assistência Social, não invalidando que tal equipa não possa ser formada, caso a situação se agrave e se considere necessário para garantir que todas as pessoas possam ter acesso à compra de bens essenciais. O Vereador António Reis perguntou se as Misericórdias estão preparadas com equipamentos de proteção individuais, ao que o Presidente respondeu que estas entidades foram devidamente informadas pela autoridade de saúde em relação ao equipamento necessário. Os Vereadores do PSD, perante o problema económico que surgirá mais tarde, que poderá originar grandes dificuldades e, provavelmente, despedimentos, e apesar dos apoios que vão surgindo diariamente pelo Governo Regional, propuseram que a Câmara Municipal desse um sinal de que está ao lado da população, através da implementação de duas medidas, designadamente, a isenção do pagamento de todas as faturas da água por um período de três meses, bem como, e pelo mesmo período, a suspensão do pagamento pelas empresas das rendas de espaços municipais, como o Mercado Municipal e as esplanadas da Praça. O Presidente respondeu que a Câmara está atenta ao evoluir da situação, encontrando-se já a trabalhar em possíveis medidas para ajudar as famílias e as empresas, que sejam economicamente viáveis e justas, tendo em conta a situação de cada família e de cada empresa, referindo que a proposta apresentada será, nesse sentido, analisada. O Vereador António Reis declarou que os Vereadores do PSD estão dispostos e prontos para apoiar as medidas que a Câmara tiver de tomar.-----

Ordem do dia

1 – Filarmónica União Popular Luzense – pedido de apoio-----

Conforme proposto pelo Presidente da Câmara, foi deliberado, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de cinco mil euros à Filarmónica União Popular Luzense, como forma de apoiar a construção de uma sala de ensaios, com o intuito de melhorar as condições de trabalho da banda. A Vereadora Cláudia Cunha declarou que considera este apoio muito positivo para a freguesia da Luz, mas que,

tendo em conta o momento que atravessamos, em que se prevê tantas dificuldades para as famílias e para as empresas, daqui para a frente, a atribuição deste tipo de apoios deveria ser feita de modo mais criterioso para que o Município se possa preparar para apoiar as famílias e as empresas. O Vereador António Reis acrescentou que terá de se fazer alguma pedagogia junto das coletividades para que adiem os seus projetos e se possa canalizar as verbas para outros sítios. O Presidente respondeu que concorda que não faria sentido conceder determinado tipo de apoios nesta altura, mas que, apesar da situação que estamos a viver, a economia não pode parar, e que, neste caso, se trata de uma obra que já está em execução.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.-----

O Presidente da Câmara,

A Vice-Presidente da Câmara,

Os Vereadores,

A Secretária,
